

Promoção Comercial. Operações de Empresas brasileiras na América Central e Caribe.
Investimentos no Brasil

Cláudio Ferreira da Silva¹

1. El Salvador

1. Crystalsev (etanol)

A Crystalsev tornou-se sócia de uma unidade de desidratação de álcool em El Salvador/ Cidade de Acajutla , que deverá faturar até 150 milhões de dólares por ano com as vendas para os Estados Unidos.

Com a unidade de desidratação de etanol que começou a funcionar no em 2006, a paulista Crystalsev, em sociedade com a americana Cargill e a Compañía Azucarera Salvadoreña, espera faturar 150 milhões de dólares por ano com a venda ao mercado americano. Hoje, no Brasil, a Crystalsev fatura 100 milhões de dólares. "O acordo nos permite melhor margem de lucro sobre o produto exportado. É um ótimo negócio. Se necessário, podemos ampliar ainda mais a produção, e rapidamente", diz Paulo Costa, representante da Crystalsev em El Salvador.

1. 2. Nina Simoni (calçados)

A Nina Simoni, fabricante de calçados femininos, acaba de inaugurar uma unidade em El Salvador

1.3. Hydros Engenharia e Planejamento Ltda. (engenharia)

Concluiu, em 2006, obra estimada em US\$ 32 milhoes.

¹ Mestre em Ciência Política pelo UNIERO. Funcionário do Ministério das Relações Exteriores.

1.4. Outros setores:

Segundo o cônsul salvadorenho Vidal Rúbio, que também ocupa a presidência da câmara de comércio Brasil-El Salvador, fui informado, nesta manhã (13/3) que existem pequenas empresas do setor têxtil e de pedras instaladas em El Salvador.

2. México

2.1 Palacio de Hierro:

O Palacio de Hierro é uma loja de departamentos mexicana com faturamento anual de US\$ 600 milhões, interessada em realizar exposição comercial de produtos brasileiros, denominada “Mês do Brasil” no primeiro trimestre de 2005.

Para tanto o Diretor de Compras, Sr Ignacio Reynoso, e o Sub-diretor de Compras, Sr Carlos Gonzales, com o apoio do Itamaraty e a da ABIT, realizaram missão prospectiva ao Brasil (São Paulo, Porto Alegre , Caxias do Sul, Rio de Janeiro e Nova Friburgo), no período de 1 a 9 de Novembro de 2003. Os representantes assinalaram a necessidade da ida de uma missão compradora no primeiro semestre de 2004.

2.2 Telmex compra a Embratel:

O controle acionário da Embratel foi vendido à MCI (empresa americana) em julho de 1998, no leilão de privatização da Telebrás.

Em novembro passado, a MCI, envolvida em escândalos contábeis, anunciou a venda do controle acionário da Embratel.

Assim começou uma disputa entre a TELMEX (empresa Mexicana) e um consórcio formado por grandes empresas de telefonia fixa do país (Telemar, Telefônica e Brasil Telecom). Após 4 meses, a MCI anunciou a venda do controle acionário da Embratel à Telmex por US\$360 milhões .

A venda é contestada pelo consórcio que entrou, no dia 16/03/2004 com o pedido de indeferimento da operação na corte de falência dos Estados Unidos.

2.3 EMBRAER

O Governo mexicano, em 2002, adquiriu da EMBRAER três aviões de vigilância, no valor US\$ 240 milhões. O primeiro deles foi entregue este ano. Segundo a imprensa, há ainda a possibilidade de o Governo adquirir mais quatro aviões de patrulha adicionais para integrar as frotas das Secretarias da Marinha e da Defesa Nacional.

No âmbito da aviação comercial, a empresa de transportes aéreos Aeromexico acelerou, recentemente, seu plano de modernização e é hoje um dos principais clientes da Embraer. A Aerolitoral, sua subsidiária, opera atualmente 15 aeronaves ERJ 145 (50 assentos) e até o final de 2006 deverá completar 21 aeronaves na frota, totalizando um volume de negócios de US\$380 milhões. Há também planos para adquirir mais 10 ERJ 145 e 10 EMBRAER 190 (100 assentos) gerando mais US\$ 520 milhões. No entanto, a continuidade destas negociações tem sido ameaçada pela empresa canadense Bombardier. Aquela empresa está oferecendo a possibilidade de abertura de uma fábrica de aeronaves no México para pressionar politicamente o Governo Mexicano, e por conseguinte o Consórcio Aeromexico, a optar por suas aeronaves. A situação financeira da Bombardier é bastante delicada e não há indicações de apoio do Governo canadense em transferir empregos de seu país para o México. A Bombardier já fez promessas semelhantes para a Índia e China que não foram cumpridas.

O Governo Mexicano lançou, no começo de 2000, um programa para melhorar sua eficácia no combate ao narcotráfico. Para tanto, foi aberta uma licitação para a compra de aviões de

vigilância aérea, terrestre e marítima, além de um Centro de Comando e Controle, chamado C4I.

A Embraer foi declarada vencedora desta licitação no final do mesmo ano e, em fevereiro de 2001, assinou com a Secretaria de Defesa Nacional do Governo Mexicano (SEDENA) um Contrato de US\$ 230 milhões para o fornecimento de:

- duas aeronaves de vigilância marítima - MP,
- uma de vigilância aérea - AEW&C, e
- um sistema de comando e controle - C4I.

Esse Contrato é a primeira fase do Sistema Integral de Vigilância Aérea – SIVA, que prevê um total de sete aeronaves de vigilância, devendo, portanto, ser complementado com 4(quatro) aeronaves similares às do contrato atual.

A primeira fase do Sistema será entregue entre os meses de abril e julho de 2004, de acordo com o Cronograma contratual que está sendo cumprido sem atrasos.

A Embraer espera que a contratação da fase complementar do Programa SIVA seja realizada ainda em 2004, por um valor estimado em US\$ 300 Milhões.

Aviões táticos – Super Tucanos

No ano de 2003, a SEDENA deu início a estudos para a aquisição de aviões táticos, do tipo Super Tucano, para missões operacionais de interceptação e ataque. Estas aeronaves

deverão servir de complemento ao Programa Mexicano de Combate ao Narcotráfico e deverão estar integradas ao Programa SIVA.

Em vários aspectos, o modelo adotado pelo Governo Mexicano é similar ao Sistema do Governo Brasileiro para Proteção e Vigilância da Amazônia. As aeronaves Super Tucano serão integradas ao Programa SIVA através de um sistema “data link” já instalado nas aeronaves de vigilância.

Neste sentido, em julho de 2003, uma equipe de oficiais da Força Aérea Mexicana fez uma avaliação operacional do Super Tucano com o apoio da Força Aérea Brasileira. Esta avaliação cobriu todos os aspectos operacionais da aeronave, incluindo o emprego de armamento real. Em continuidade, a Embraer apresentou uma Proposta Comercial à Secretaria de Defesa Nacional para o fornecimento de um lote de 30 aviões, os quais estariam totalmente integrados ao Programa SIVA. Trata-se de um programa no valor aproximado de US\$ 180 Milhões.

As capacidades operacionais do Super Tucano, praticamente sem concorrência no mercado mundial, bem como sua integração prévia a aeronaves de vigilância da Embraer, deram uma grande vantagem competitiva junto ao Governo Mexicano. Como consequência, a Secretaria de Defesa Nacional Mexicana já se decidiu informalmente em 2003 pelo Super Tucano sem que haja necessidade de uma licitação formal. Para o início das negociações, é necessário que o orçamento seja alocado para o Programa.

Em Julho de 2003, o Diretor Presidente da Embraer, Sr. Maurício Novis Botelho, e o Vice-Presidente para o Mercado de Defesa, Sr. Romualdo Monteiro de Barros, foram recebidos pelo Presidente Vicente Fox e pelo Secretário Nacional de Defesa, General Veja Garcia, quando tiveram a oportunidade de explorar várias oportunidades de ampliação da presença da EMBRAER no país, tanto na área militar quanto civil.

Expectativas:

A complementação do Programa SIVA (com suas 4 aeronaves adicionais previstas), bem como a implementação do Programa Super Tucano, (com as suas 30 aeronaves programadas) têm caráter estratégico para o Governo Mexicano.

O Governo Brasileiro acompanha o esforço da Embraer no sentido de complementar o Programa SIVA e efetivar o Contrato de venda das aeronaves Super Tucano esperando um desfecho favorável à Embraer na operação, pois isso incrementará o volume de comércio entre os dois países .

2.4 Petrobras

O México tem manifestado o interesse em conversar com o Brasil sobre eficiência energética e usos pacíficos da energia atômica. Do mesmo modo, os contatos da Petrobras com a PEMEX são cada vez mais intensos, estando ambas empresas na expectativa de possível mudança na legislação mexicana que impede a participação de empresas estrangeiras, sobretudo nas áreas de prospecção e extração de petróleo e gás. Interessa-se, também, o México, por discutir uma possível cooperação com o Brasil no setor de biocombustíveis, em particular o etanol, cuja mistura com a gasolina para consumo interno foi recentemente aprovada pelo Senado mexicano.

O interesse do futuro governo Calderón pelo tema energético deverá ser agudo, pois o Presidente-Eleito ocupou o cargo de Secretário de Energia durante boa parte do Governo Fox.

A Petrobras participa, em associação com a empresa japonesa Teikoku e a mexicana Diasvaz, de dois contratos de serviços múltiplos junto à Pemex, nos blocos Cuervito e Fronterizo. Os serviços prestados incluem as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção. A participação da Petrobras em cada um desses contratos é de 45%. Em 2005, foram perfurados e entregues à Pemex 14 poços produtivos, superando as metas do ano.

Em 2006, foram perfurados 12 poços e foi obtida a certificação do processo “desenvolvimento, infra-estrutura e manutenção nas operações de campos de produção de gás não-associado” segundo as normas ISSO 14001 e OHSAS 18001.

2.5 Investimentos diretos ou indiretos mexicanos no Brasil

Os investimentos diretos ou indiretos mexicanos no Brasil têm aumentado em ritmo notavelmente maior que os investimentos brasileiros no México. Embora não haja dados oficiais publicados, há indícios de que estariam hoje investidos no Brasil de 3 a 4 bilhões de dólares de capitais de origem mexicana. Empresas vinculadas à Telmex, do grupo do empresário Carlos Slim, que já controlava por volta de 30% da telefonia celular brasileira, adquiriram recentemente as filiais da AT&T no Brasil, por US\$ 207 milhões, e ações da MCI equivalentes a 52% do capital da EMBRATEL, por US\$ 360 milhões. Com a aquisição, a TELMEX passou formalmente a operar em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Brasília e Porto Alegre, assumindo a oferta de serviços de transmissão de voz, dados e de acesso à internet. Cabe observar que a empresa mexicana ainda opera, na América Latina, na Argentina, Colômbia, Chile e Peru. Há, também, investimentos mexicanos nos campos hoteleiro (Caesar Park), de alimentação (Pão Pullman e Jugos del Valle), de mineração, de móveis e outros. Por outro lado, um total de 140 empresas brasileiras teria investido quantias consideravelmente menores no mercado mexicano, embora algumas tenham presença muito visível no país, como, entre outras, a Marcopolo e a Busscar/Scania.

A empresa Plastiglas, que foi adquirida em fevereiro deste ano pelo grupo brasileiro Unigel, cujo faturamento anual é de cerca de US\$ 800 milhões. O valor do investimento realizado no México (primeiro mercado estrangeiro em que se estabelece o Grupo Unigel) é de cerca de US\$ 22 milhões. A Plastiglas possui duas plantas, uma em Lerma, no Estado do México, e outra em São Luis Potosi, que geram cerca de 500 empregos diretos. O principal produto da Plastiglas são laminas (chapas) acrílicas (que também é o principal produto da Unigel no Brasil) e 60% da produção da empresa destina-se ao mercado norte-americano. Parte da matéria prima utilizada pela Plastiglas para a produção de chapas acrílicas é

importada, inclusive do Brasil (chapas de policarbonato, resina de policarbonato, película de polipropileno).

Para que se tenha uma percepção correta da importância do investimento da Unigel no México, note-se que a Plastiglas detem 50% do mercado mexicano de chapas acrílicas e 20% do mercado americano daquele produto. Em decorrência do investimento realizado no México, a Unigel também se estabeleceu nos EUA, onde a empresa Unigel Inc. se concentra na distribuição e marketing dos produtos exportados pela Plastiglas para o mercado norte-americano.

3. Panamá

A política externa panamenha tem como vetor central a atração de investimentos com a promoção ativa do país como um centro internacional de comércio, com importantes vantagens comparativas por sua localização geográfica estratégica e pela sua economia fortemente baseada no setor de serviços (Canal, centro bancário, Zona Livre de Colón, potencial turístico). O Panamá se apresenta como a economia mais globalizada da América Latina e Caribe. As taxas incidentes são favoráveis e generosos incentivos estão disponíveis para a aplicação de capital em turismo, indústria manufatureira voltada para a exportação e outros setores da economia.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no país alcançaram cerca de US\$ 1 bilhão em 2005. Os principais investidores foram EUA, Reino Unido, Japão e México. O Governo Martín Torrijos tem demonstrado interesse em atrair recursos externos nas áreas de geração de eletricidade, serviços marítimos e portuários, companhias de telefonia e saneamento urbano.

O órgão do governo responsável pela promoção de oportunidades de investimento no Panamá é o Vice-Ministério de Comércio Exterior (VICOMEX), subordinado ao Ministério de Comércio e Indústria. A legislação específica para investimentos estrangeiros no país está em processo de elaboração. Até o momento, o tratamento jurídico dado a fluxos de capital é o mesmo de nacionais e estrangeiros, amparado pela Constitución Política de la República de 1972 e regulamentado pelos Actos Reformatorios de 1978 e pela Acta Constitucional de 1983.

Segundo informações da Embaixada do Brasil no Panamá, existem possibilidades de investimentos brasileiros tanto para o processamento e re-exportação de produtos agropecuários quanto em setores como o de tecnologia da informação. Há, também, interesse do país em atrair capital para o desenvolvimento de “tecnologias limpas” de obtenção de energia. Nesse sentido, o etanol poderia ser uma alternativa atraente, desde que se forneça o suporte técnico necessário para a produção do combustível em larga escala.

Atualmente, a presença brasileira no mundo empresarial panamenho é relativamente modesta e assume três perfis: executivos brasileiros diretores de multinacionais, pequenos empresários e empresas de capital brasileiro (construção civil). Algumas dessas empresas (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Sadia) estão sediadas no Panamá, por razões logísticas, e lá atuam como base de operações para América Central e Caribe. A ALSTOM, empresa francesa, tem importado, via filial brasileira, equipamentos brasileiros.

O potencial de investimentos pelo Brasil naquela região continua sub-explorado, não obstante as facilidades de logística e localização geográfica oferecidas para empresas que pretendam se internacionalizar.

3.1 últimos acontecimentos econômico-comerciais

Encontros dos Presidentes do Brasil e Panamá

Em outubro de 2003, o Presidente Lula recebeu Martín Torrijos como candidato. Em agosto de 2004, o recebeu como Presidente eleito. Em dezembro de 2004, ambos se reuniram à margem da Cúpula do MERCOSUL em Ouro Preto e, mais recentemente, na Cúpula Brasil-SICA, em 13/09/2005, na Guatemala.

Assinatura do “Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá”

Durante o Primeiro Encontro Empresarial Brasil-SICA, por ocasião da Cúpula Brasil-SICA, realizada na Guatemala, em 13/09/2005, com a presença do Presidente Lula da Silva, Brasil e Panamá assinaram o “Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível”.

I Encontro Empresarial Brasil-SICA

Em 13 de setembro de 2005, no âmbito da visita oficial do Senhor Presidente da República à Guatemala, foi realizado, na Cidade da Guatemala, o I Encontro Empresarial Brasil - SICA. O encontro englobou “Seminário Brasil-SICA: Oportunidades de Comércio e Investimentos”, mesas setoriais de Etanol, Financiamento, Investimentos e Logística, bem como Rodadas de Negócios. O evento contou com a presença de aproximadamente 320 empresários, dos quais 30 brasileiros, 250 guatemaltecos e 40 dos demais países. A delegação empresarial brasileira esteve integrada por representantes dos setores de infraestrutura, logística, financeiro, alimentação, bens de consumo, mineração, serviços, telecomunicações, e energia.

Na oportunidade, o Embaixador Mario Vilalva, então Diretor do Departamento de Promoção Comercial do MRE, apresentou o Programa de Incentivo aos Investimentos Brasileiros na América Central e Caribe (PIBAC), cujo objetivo é promover investimentos brasileiros na região, não apenas com vistas ao mercado local, mas também, e sobretudo, como trampolim para exportações que possam se beneficiar dos acordos de preferências tarifárias firmados pela região.

Missão de Países do SICA e América do Sul ao Brasil

No âmbito da assinatura do “Protocolo de Intenções”, técnicos panamenhos viajaram ao Brasil em fevereiro de 2006, compondo a delegação da Missão de Países do SICA e América do Sul ao Brasil

Foi interesse comum entre os membros da delegação conhecer as peculiaridades do processo de mistura do etanol à gasolina (desde o percentual de etanol a ser adicionado à gasolina, à forma de como processar aquele combustível “flex fuel”), questões sobre a logística de transporte e armazenamento do combustível, assim como questões de ordem

técnica quanto às certificações dos motores “flex fuel”, eventualmente a serem desenvolvidos no exterior. Nesse contexto, os visitantes tiveram uma visão ampla, e ao mesmo tempo técnica, sobre a experiência brasileira no setor de etanol.

Missão Empresarial do MDIC

Por ocasião da visita da missão empresarial liderada pelo então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, em 27 e 28 de maio de 2006, a APEX acordou com o Ministério do Comércio e Indústria panamenho (MICI) o estabelecimento, na área de Cólón, de centro de distribuição de produtos brasileiros, a ser proximamente instalado. Nos encontros do Ministro Furlan com altas autoridades locais, ressaltou-se o interesse recíproco na participação brasileira em projetos de infra-estrutura no Panamá (ampliação do Canal, hidroelétricas, portos, estradas), bem como no desenvolvimento da indústria do açúcar e do álcool no país.

Participaram das rodadas de negócios programadas no Panamá cerca de 50 empresários brasileiros e 160 empresários panamenhos. Os executivos presentes ao evento também puderam acompanhar Seminário sobre as Oportunidades de Negócios Brasil-Panamá, que enfocava temas como a Experiência Brasileira no Desenvolvimento da Infra-estrutura e Desafios e Oportunidades para o Setor de Etanol.

Embraer e Copa Airlines

A empresa aérea panamenha COPA Airlines anunciou, em 19 de outubro de 2004, a compra de dez jatos EMBRAER 190, além de ter feito opção para outros 20 aviões. Em 2005 e 2006, a companhia converteu mais cinco opções do EMB-190 em pedidos firmes, aumentando para 15 o número de aeronaves a serem efetivamente entregues até 2008.

Até 4 de maio corrente, 6 aviões foram finalizados para pronta entrega. A COPA já iniciou vôos regulares com dois EMBRAER 190 modelo Advanced Range (AR), operando a partir do Hub das Américas, na Cidade do Panamá. Os aviões têm permitido à Copa melhor

ajustar capacidade e demanda em mercados de menor densidade, que podem ser mais eficientemente servidos por aeronaves de até 100 assentos.

3.2 Perspectivas das Relações Econômico-Comerciais

Etanol

O Panamá detém grande tradição no plantio de cana-de-açúcar. A produção do açúcar é estimada em cerca de 165 mil toneladas nos últimos anos, com média de exportação de, aproximadamente, 50 mil toneladas. O Panamá se beneficia de uma quota de 30 mil toneladas para suas exportações de açúcar para os EUA, no âmbito da CBI, com tarifa zero.

A produção de álcool seria de 6 mil toneladas. Não há dados disponíveis sobre a produção de etanol. A produção de açúcar e álcool se concentra em apenas 4 engenhos e é financiada localmente.

O interesse panamenho, no que se refere ao etanol, reside no desenvolvimento da indústria sucro-alcooleira local, tanto para consumo interno ou exportação quanto para utilização como aditivo e/ou combustível. Ainda não foi adotada, no entanto, a necessária legislação para regulamentar o uso do etanol. Recentemente, em março último, o governo panamenho divulgou estudo elaborado pela consultoria local INTRACORP sobre a viabilidade da produção de biocombustíveis no país, com vistas a fazer avançar a discussão do tema no próprio governo e entre a opinião pública.

Em paralelo, será necessário promover intensa campanha junto aos consumidores sobre os benefícios sócio-econômicos do uso do etanol, bem como a montagem de sistema de distribuição do produto. Um primeiro passo seria o uso do etanol como aditivo. É

essencial ter presente o tamanho do mercado local – cerca de 600 mil veículos, com consumo anual estimado em 200 milhões de galões de gasolina. Na hipótese do uso do etanol como aditivo, ao nível de 10% p.e., o mercado seria de 20 milhões de galões.

O interesse dos produtores de açúcar panamenhos reside na instalação e ampliação da sua capacidade, de modo que possam suprir o mercado interno e tornar-se exportador de etanol, aproveitando-se do tratamento preferencial outorgado pelos EUA no quadro da Iniciativa da Bacia do Caribe (CBI) e de um futuro Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA (no qual o Panamá reivindica a consolidação das citadas preferências).

O Brasil, devido à sua experiência na utilização de carros híbridos gasolina-álcool, poderia oferecer cooperação no tocante à mudança de matriz energética. Seria de todo desejável o intercâmbio de missões técnicas. Quanto ao fornecimento de etanol, as exportações brasileiras poderiam se beneficiar, pelo menos a priori, da lacuna na produção panamenha do combustível. Produtores brasileiros teriam a possibilidade, ainda, de utilizar o Panamá como rota para se atingir terceiros mercados.

Ampliação do Canal do Panamá e obras de infra-estrutura

O projeto de ampliação do Canal do Panamá foi divulgado, no dia 24 de abril de 2006, pelo Presidente Martín Torrijos. Nessa ocasião, a Junta Diretora da Autoridade do Canal do Panamá(ACP) fez a entrega protocolar do programa do projeto de ampliação. O Sumário Executivo apresentado pela ACP contempla, dentre outros, os seguintes aspectos temas:

1- Custos. Estimado em cerca de US\$ 5.250 bilhões. Os recursos provirão preferencialmente do pagamento de pedágios. Será necessário obter financiamento externo de cerca de US 3.300 bilhões de “caráter interino” durante o auge das obras (anos 2009 a 2011). Este financiamento seria pago em menos de oito (8) anos e o investimento seria recuperado em menos de dez (10) anos com um rendimento de 12%;

2- Duração. Se o referendo popular for aprovado ainda em 2006, a construção do projeto começaria em 2007 e terminaria até 2014. Seria aberto ao trânsito no início de 2015; e;

3- Criação de empregos. De pronto, sete (7) mil empregos diretos. Durante a obra, seriam criados entre 35 e 40 mil novos empregos.

A partir da divulgação, o projeto foi analisado pelo Conselho de Gabinete do Governo do Panamá e submetida à aprovação da Assembléia Nacional. Posteriormente ao aval do Parlamento, referendo popular, ocorrido em outubro de 2006, decidiu pela ampliação do Canal com 70% dos votos.

Segundo declaração, à época da divulgação, do então Ministro das Finanças do Panamá Ricaurte Vásquez, todas as obras seriam abertas a licitação. Em janeiro último, três construtoras do Brasil (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão) anunciaram ao governo panamenho a formação do Consórcio Interoceânico para disputar os direitos pela concessão das referidas obras.

Transporte Aéreo

A Varig suspendeu seus vôos para o Panamá em 1993, abrindo espaço para a companhia COPA Airlines. Desde 2000, a COPA passou a fazer o trajeto Panamá- São Paulo- Panamá com aviões Boeing 737-700, de carga reduzida e com capacidade de cerca de 120

passageiros. A taxa de ocupação desses vôos é extremamente alta - e lucrativa - estimada em mais de 90% dos assentos.

A COPA, que atualmente tem cinco vôos diários para o Brasil, iniciou, em julho de 2006, seus vôos Panamá – Manaus (com os novos EMB-190). Com a nova rota Panamá- Rio de Janeiro, inaugurada a partir de 15 de novembro último, a companhia atinge vinte e quatro (24) frequências semanais a destinos brasileiros; um aumento de 250% da oferta de vôos em menos de dois anos.

Tendo presente o elevado rendimento dessa rota - para o Panamá e América Central e Caribe -, bem como os direitos que o Brasil detém nessa área, é desejável que companhia aérea brasileira, se possível com equipamento maior que os 737-700, inclusive em função de carga, venha a exercer esses direitos.

Transporte urbano e saneamento

Há boas perspectivas, também, para investimentos brasileiros em projetos como a implantação do sistema de transporte urbano na Cidade do Panamá e o saneamento da cidade e da baía do Panamá.

4. Honduras

Em 2006, missão da Camargo Corrêa visitou Tegucigalpa para examinar perspectivas de atuação em Honduras, inclusive no setor de serviços. Foram-lhe prestadas informações sobre projetos do novo Governo, entre os quais obras de construção de usinas hidrelétricas (inclusive a possibilidade de se levar adiante a iniciativa da construção da represa “El Tigre”, com El Salvador, já decidida pelos Presidentes Zelaya e Saca).

O Gerente Executivo da empresa brasileira ENGEVIX, segundo noticiado pelo jornal local La Tribuna, visitou Honduras no início de junho corrente para conhecer em pormenores o potencial energético do país. O referido empresário teria mantido entrevista com o Comissário Presidente da Comissão Nacional de Energia, Isaías Aguilar, e com o Presidente da Associação Nacional de Industriais (ANDI), Adolfo Facussé. As referidas autoridades já manifestaram a expectativa de que, com a assistência brasileira, sejam construídas pequenas represas em todo o país com geração de três a quinze MW.

Há, também, notícias de eventual interesse de empresário brasileiro do ramo de turismo, proprietário do Hotel Ariaú Towers (Amazonas) em investir na construção de complexo hoteleiro em Honduras, que constitui mercado turístico em expansão, voltado quase exclusivamente para clientela norte-americana e européia.

4.1 últimos acontecimentos econômico-comerciais

Visita do ex-Presidente Ricardo Maduro ao Brasil

Em 4 de maio de 2005, o então Presidente Ricardo Maduro realizou visita de trabalho ao Brasil, o que constituiu a primeira visita do gênero de um presidente hondurenho a nosso país em mais de quarenta anos. O Presidente Maduro solicitou cooperação em matéria de biocombustíveis e ouviu do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que essa cooperação “é totalmente possível”.

Em junho daquele ano, como primeira etapa da cooperação, Honduras enviou missão ao Brasil chefiada pelo então Vice-Ministro Irving Guerrero, que manteve extensa agenda de contatos com a Petrobras, a BR Distribuidora, dentre outras entidades.

No final de junho, o Presidente Maduro, acompanhado dos integrantes da missão que se havia deslocado ao Brasil, anunciou, em declaração formal aos meios de comunicação em frente ao palácio presidencial, o apoio do governo brasileiro à produção no país de etanol, com vistas a lograr, numa primeira fase, mistura de até 10% de álcool à gasolina. Na mesma época, o Ministro Irving Guerrero informou que estavam sendo formuladas consultas à Petrobras sobre o assunto, assim como estava sendo enviada à empresa uma amostra da gasolina consumida em Honduras a fim de se definir a “composição da gasolina-base” e “preço-base para importação”.

I Encontro Empresarial Brasil – SICA

Em 12 de setembro de 2005, teve lugar na cidade da Guatemala, por ocasião da visita oficial do Presidente Lula, o I Encontro Empresarial Brasil – SICA, na qual Honduras fez-se representar por seu então Chanceler. O encontro englobou o Seminário “Brasil-SICA: Oportunidades de Comércio e Investimentos”, Mesas setoriais de Etanol, Financiamento, Investimentos e Logística e Rodadas de Negócios.

O evento contou com a presença de aproximadamente 300 empresários, dos quais 30 brasileiros, 250 guatemaltecos e 40 dos demais países. A delegação empresarial brasileira

esteve integrada por representantes dos setores de infra-estrutura, logística, financeiro, alimentação, bens de consumo, mineração, serviços, telecomunicações, e de energia.

Na oportunidade, foi firmado Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Brasil e os países do SICA, dentre eles, Honduras. O protocolo marca o início das negociações Brasil – SICA para implementação de projetos de cooperação nesta área, em consonância com os esforços internacionais para reduzir a emissão de gases poluentes no setor de transportes.

Missão do SICA, Caribe e América do Sul

De 13 a 15 de fevereiro de 2006, visitaram o Brasil técnicos integrantes da Missão do SICA, Caribe e América do Sul do setor de Etanol. Em Brasília, os membros da delegação assistiram, no Palácio do Itamaraty, ao “Seminário sobre Normatização da Produção, do Transporte e da Comercialização do Etanol como Combustível”. A agenda de visita ao Rio de Janeiro foi composta de visitas técnicas, reuniões de trabalho e ciclos de palestras. Foram visitados o BNDES, o INMETRO, a Agência Nacional do Petróleo e a PETROBRAS.

A missão atendeu ao interesse comum entre os membros da delegação: conhecer as peculiaridades do processo de mistura do etanol à gasolina (desde o percentual de etanol a ser adicionado à gasolina à forma de como processar o biocombustível); e levantar questões sobre a logística de transporte e armazenamento do combustível e questões de ordem técnica quanto às certificações dos motores “flex fuel”.

Visita do Presidente Manuel Zelaya ao Brasil

Em abril de 2006, o Presidente Zelaya aproveitou sua ida à Assembléia de Governadores do BID, realizada em Belo Horizonte- MG, e manteve audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tarde do dia 03.04.2006. Assim, o Presidente Lula recebeu, no Palácio do Planalto, dois Presidentes hondurenhos em menos de um ano (Ricardo Maduro, em maio de 2005, e Manuel Zelaya, em abril de 2006). Durante a reunião, tratou-se, entre outros, dos seguintes temas:

- Cooperação em matéria de biocombustíveis - Foram recordadas, entre outras iniciativas, a assinatura, no mês de setembro de 2005, na Guatemala, do "Protocolo entre o Governo da República de Honduras e o Governo da República Federativa do Brasil sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível", e a recente participação hondurenha em missão ao Brasil de países do SICA interessados na experiência brasileira com o etanol. No que se refere ao Protocolo assinado, acordou-se que, tão logo a parte hondurenha adote as medidas necessárias para sua entrada em vigor, ambos os países desenvolverão projetos específicos de cooperação ao amparo desse instrumento. O Presidente Lula reiterou a total disposição do Brasil de cooperar com Honduras nessa matéria, seja com relação ao etanol, seja com relação ao biodiesel.

- Cooperação empresarial - As duas partes examinaram as possibilidades que se abrem para a intensificação do intercâmbio comercial em temas como a participação brasileira em licitações para a construção de hidrelétricas em Honduras, a associação de empresas dos dois países com vistas a terceiros mercados e a organização de missões comerciais. A parte hondurenha manifestou interesse em que a Petrobras participe de prospecções no Caribe hondurenho.

- MERCOSUL/SICA - Recordou-se a proposta existente de se iniciarem negociações entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), com vistas à celebração de um acordo de livre comércio. A parte brasileira observou que tal acordo contribuiria significativamente para estimular as relações comerciais e instou Honduras a avançar no tratamento desse tema no âmbito do SICA.

- Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) – O lado brasileiro indicou que o tema da participação do Brasil no BCIE está sendo analisado pelos setores

competentes do Governo. O lado hondurenho reiterou seu interesse naquela participação, salientando os benefícios que poderia trazer para a intensificação dos laços comerciais entre os dois países.

4.2 Instalação de fábrica da Santista Têxtil em Honduras

A empresa brasileira Santista Têxtil concretizou o início de suas operações em Honduras, ao adquirir terreno de mais de 40.000 m² no município de Potrerillos, departamento de Cortés, no norte do país. A informação foi confirmada pelo Presidente da Associação de “Maquiladores”, Jesús Canahuati. Após realizar pesquisas também na Colômbia, México e Nicarágua, a Santista teria decidido pela instalação da fábrica de fios e tecidos em Honduras. O investimento inicial seria de US\$ 100 milhões.

De acordo com a Fundación para la Inversión y Desarrollo de Exportaciones (FIDE), Honduras está oferecendo mais vantagens para investimentos em comparação com outros países, tais como incentivos fiscais para a indústria têxtil e a abertura de mercado alcançada com a negociação do Tratado CAFTA-RD, além da grande disponibilidade de mão-de-obra naquele setor, principalmente no norte do país, onde estão concentradas as empresas multinacionais. A Santista deverá fabricar calças “jeans” destinadas ao mercado norte-americano, elaboradas com tecnologia de ponta para tecido plano, e as exportações estarão amparadas pelo CAFTA-RD com os EUA.

5. Nicarágua

A “Ley de Inversiones Extranjeras” , de abril de 2000, oferece as seguintes garantias aos investidores estrangeiros: 100% de repatriação do capital estrangeiro a qualquer momento; 100% de remessa de lucros, juros e dividendos; e livre acesso a moeda estrangeira para repatriação de capital e lucros.

Não existem registros sobre investimentos nem parcerias de empresas brasileiras na Nicarágua nos últimos cinco anos. As importações em preços CIF (em dólares americanos), se têm incrementado com montantes de 31.161.855,65 em 2002, 50.143.547,95 em 2003, 68.351.325,78 em 2004, 84.650.423,15 em 2005 e 91.421.690,00 em 2006.

Em relação à informação sobre os parceiros envolvidos, não foi possível obter junto aos órgãos oficiais informação sobre os importadores, mas temos conhecimento de que os engenhos açucareiros têm comprado caldeiras e maquinaria para desidratar álcool e produzir etanol. Há também compras significativas, por parte dos principais importadores, de automóveis, de maquinaria agrícola, móveis, medicamentos para uso humano e veterinário, serras, café, aparelhos emissores com receptor incorporado, entre outros.

5.1 últimos acontecimentos econômicos-comerciais

Etanol

A Nicarágua vem demonstrando interesse na produção de etanol a partir da cana de açúcar, já que possui plantações do produto e produz açúcar e outros derivados, como rum. O etanol vem despertando interesse, tanto da área pública quanto da área privada. A perspectiva da produção de etanol no país é importante devido a alta dependência de combustível importado, sobretudo petróleo. Os meios empresariais nicaragüenses já manifestaram interesse em investimentos brasileiros em tecnologia e equipamentos para a produção de etanol no país.

Recentemente, em fevereiro de 2007, a *Companhia Licorera de Nicarágua S.A* e a empresa *Nicarágua Sugar Estates*, que integram o Grupo Pellas, realizaram o primeiro embarque para a Europa de 3 milhões de litros de etanol, que começou a ser produzido no País mediante a aquisição de uma primeira usina no Brasil. O embarque do biocombustível teve valor aproximado de dois milhões de dólares.

Missão empresarial à Nicarágua

Por ocasião da visita do Senhor Subsecretário-Geral da América do Sul, Embaixador Jorge d'Escragnolle Taunay, a Manágua, dias 23 e 24 De abril último, realizou-se missão empresarial àquele país com o objetivo de discutir projetos de interesse da parte nicaragüense.

Participaram da delegação empresários dos setores de equipamentos industriais, construção civil e automobilístico, além de representante da ACSP. Pelo governo brasileiro, participaram dos encontros representantes da Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC, do BNDES, do Banco do Brasil no Panamá; da Caixa Econômica Federal; do Departamento de Cidadania e Inclusão Social do Meidades, do MF e do Departamento de Planejamento Estratégico do MME.

Inicialmente, a delegação brasileira participou da reunião de abertura dos encontros entre o Senhor SGAS e a parte nicaragüense, na Chancelaria da República, na manhã do dia 23. Em seguida, tiveram início, no Centro de Convenções do Hotel Crowne Plaza, os encontros empresariais, divididos em dois grupos de trabalho, com duração de dois dias cada: um de infra-estrutura e outro de comércio e investimentos. Ainda no dia 23, toda a delegação foi recebida pelo Presidente Daniel Ortega, que apresentou nominalmente todos os empresários à imprensa.

A Mesa de Infra-estrutura, presidida pelo Ministro de Transporte e Infra-estrutura da Nicarágua, Fernando Martinez Espinoza, reuniu-se com vistas a discutir os seguintes pontos:

a) projetos de energia hidrelétrica: a Nicarágua precisa, com urgência, de 2.000 MW de energia para suprir suas necessidades. Foram apresentados às empresas de engenharia brasileira os projetos hidroelétricos de Boboke (68 MW) e Tumarin (150 MW), além da possibilidade de estudos de viabilidade e desenvolvimento de outros 15 projetos de centrais hidroelétricas;

b) produção de biocombustíveis (especialmente a partir da palma africana): a Nicarágua conta com grande área de plantação de palma africana e deseja instalar projetos de produção de biocombustível com vistas a aproveitar tal recurso;

c) renovação da frota de transportes coletivos da Nicarágua: a parte nicaragüense manifestou o interesse em adquirir 1.000 ônibus novos com diferentes configurações para uso urbano e intermunicipal. Os fabricantes de veículos brasileiros apresentaram estudo, desenvolvido durante três anos, no qual especificavam diversas características técnicas possíveis de serem adotadas e estabeleceram negociações imediatas com o Governo deste país, já com a presença de representantes do Banco do Brasil, do BNDES e do Ministério da Fazenda;

d) realização de estudo-diagnóstico para a pavimentação da estrada intercostal do Pacífico: o custo estimado para a estrada é de US\$ 346 milhões, com volume de tráfego esperado de 1.500 a 2.000 veículos por dia;

e) realização de estudo-diagnóstico para construção de aqueduto de 60 km para transporte de água potável do Lago Nicarágua, em Granada, para Manágua: a capital tem déficit de fornecimento de água de 3 a 4 m³ por segundo. O projeto em apreço envolve o transporte de 10 m³ e deve solucionar o problema até 2.020;

f) realização de estudo-diagnóstico de atividades e projetos de saneamento básico (água, esgoto e resíduos sólidos) em Manágua, Granada, Masaya e San Juan del Sur;

g) Necessidade de construção de 40.000 habitações populares.

Na Mesa de Comércio e Investimentos, o ponto mais importante em discussão foi a instalação de parque industrial brasileiro, em território nicaraguense, cujo principal atrativo seria exportar para os países com os quais a Nicarágua mantém acordos de preferência tarifária. Para tanto, foi oferecida aos empresários brasileiros a possibilidade de criação de quatro zonas francas em diferentes pontos do país, cada qual com características específicas, compreendendo os setores de agroindústria, calçados, couros, têxteis e vestuário, “call centers” e autopeças. Em reunião posterior, entre representante da ACSP e da Corporação de Zonas Francas da Nicarágua, a entidade brasileira comprometeu-se a divulgar a proposta da Nicarágua entre seus associados e a receber missão nicaraguense para auxiliar na divulgação.

Foi, ainda, elaborada agenda de reuniões específicas para alguns empresários. O Senhor Gilberto Kfourri, diretor da ACSP, informou que a entidade deverá assinar, brevemente, memorando de intenções com a Câmara de Comércio da Nicarágua (CACONIC) e colocou a Associação à disposição para a divulgação da oferta exportadora da Nicarágua.

Na avaliação dos empresários brasileiros, a missão empresarial pode ser considerada um sucesso, e a delegação manifestou seu agradecimento pelos esforços envidados pelo

Governo brasileiro na promoção comercial dos produtos e serviços do país. Vale a pena mencionar o grande avanço alcançado nas negociações para a venda de ônibus para o Governo nicaragüense. O projeto compreende o fornecimento de 1.000 veículos pelo período de 5 anos (200 veículos por ano), e os fabricantes informaram que o pacote foi praticamente fechado, tendo sido assinado, durante a visita, um memorando de intenções, devendo ser contatado o COFIG em data próxima. Caso concretizada a venda, os resultados alcançarão o montante de algumas dezenas de milhões de dólares.

5.2 Investimentos brasileiros na Nicarágua

Segundo o “Departamento de Registro de Inversiones” do “Ministério do Fomento, Indústria e Comércio” da Nicarágua, não há investimentos brasileiros relevantes na Nicarágua.

Há, no entanto, pequenos investimentos em comércio e serviços, como restaurantes. Ainda assim, trata-se de empreendimentos locais, em que cidadãos brasileiros residentes na Nicarágua registram seus investimentos como brasileiros para melhor proteção da legislação local.

5.3 Oportunidades Comerciais e de Investimentos

Etanol

A Nicarágua possui interesse em produzir álcool combustível para consumo interno, já que o petróleo utilizado pelo país é quase todo importado, e para isso necessitará adquirir tecnologia, bem como máquinas e equipamentos.

Usinas Hidrelétricas

O Governo da Nicarágua demonstra interesse na instalação de usinas hidrelétrica de pequeno porte, para aproveitamento de cursos de água de fraco potencial existentes no país. Foram apresentados a empresas de engenharia brasileiras, recentemente, dois projetos de usinas hidrelétricas, com pedido de elaboração de projetos em processo de “turn-key”, envolvendo pacote completo que iria do estudo de viabilidade à execução das obras e entrega em funcionamento.

Geotermia

A Nicarágua possui grande potencial de fontes termais, oriundo da ocorrência de vulcanismo na região. O aproveitamento desse potencial ainda é incipiente, já que existe apenas uma usina térmica, recém inaugurada, localizada em San Jacinto Tizate.

Infra-estrutura

A Nicarágua possui um grande déficit de infra-estrutura voltada para o comércio. No entanto, o governo nicaragüense não possui condições de proceder aos investimentos necessários para reverter essa situação, sendo essencial a participação de capital estrangeiro.

Estudo técnico recém-finalizado prevê a construção do Canal da Nicarágua, ligação interoceânica que seria complementar ao Canal do Panamá, tendo em vista a demanda de países como Venezuela e China continental. Existe, ainda, projeto adicional de estabelecimento de “hub” de carga na região compreendida pelo Canal do Panamá e pelo futuro Canal da Nicarágua. O projeto do Canal representa importante janela de oportunidade para construtoras brasileiras.

Indústria local

O Governo da Nicarágua mencionou interesse em instalação de parque industrial brasileiro em território nicaraguense, baseado nos setores de agroindústria, couro, calçados, madeira e móveis, confecção têxtil e produção de biocombustíveis, com vistas à exportação para os países com os quais a Nicarágua mantém acordos de preferências tarifárias. Há expectativa de que a iniciativa ajude a estimular a industrialização no país.

Etanol

Volume da produção nicaraguense de cana-de-açúcar no período 2000-2005 (e de açúcar, nas cifras entre parênteses), em milhões de toneladas:

2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005
3,84	3,46	3,43	4,51	4,57
(0,397)	(0,343)	(0,343)	(0,486)	(0,471)

Não houve produção de etanol no período considerado, nem importação.

Para a produção de cana-de-açúcar, o financiamento é efetuado por bancos privados. Para o projeto nicaraguense de etanol, a cargo do Ingenio Santo Antonio - de propriedade do Grupo Pellas -, parte do financiamento é local, ao passo que para a aquisição de máquinas e equipamentos foram utilizadas linhas de crédito concedidas por bancos internacionais, por meio do Banco Centro-Americano de Integración Económica (BCIE).

Já há iniciativa voltada à implantação de projetos-piloto para o uso de etanol como aditivo à gasolina: os Nicaragua Sugar States, ligados ao Ingenio Santo Antonio, iniciaram produção experimental em 2005; estão avaliando o potencial dos veículos “flex fuel” produzidos no Brasil; e desejam montar publicidade em torno do projeto.

Ainda não existe legislação sobre a comercialização e uso do etanol. Os interessados, sobretudo aqueles ligados ao Ingenio Santo Antonio, estão atuando em conjunto com a Comisión Nacional de Productores de Azúcar para efetuar contatos com o Poder Legislativo e o Executivo, no sentido de se estabelecer essa legislação.

O Senhor Joaquín Zavala, Diretor-Gerente do Ingenio Santo Antonio, e como tal membro da direção dos *Nicaragua Sugar States* e da *Comisión Nacional de Productores de Azúcar*, disse que sua organização gostaria de obter assessoria sobre o tema por parte do Governo brasileiro, sob a forma de transmissão de informações técnicas, seja através da vinda de especialista à Nicarágua, seja pela ida de representante ao Brasil.

O Presidente Daniel Ortega admitiu ontem ser favorável à produção de etanol que os nicaraguenses poderão usar mediante mistura com a gasolina: “Consideramos que o trabalho da cana-de-açúcar é rentável. Não atenta contra um produto como o milho. Temos de incorporar o etanol em Nicarágua para misturá-lo com a gasolina e que ajude a enfrentar o problema do combustível.”

Esse pronunciamento do Presidente Ortega constitui uma mudança relevante a respeito da posição que vinha adotando sobre o tema, somando-se às críticas dos Presidentes Hugo Chávez e Fidel Castro contra a produção do etanol, no sentido de que promovia a monocultura e ameaçaria a produção de alimentos.

6. Jamaica

6.1 últimos acontecimentos econômico-comerciais

Missão de empresários brasileiros à Jamaica – 4 a 6/04/2005

Missão de empresas brasileiras do setor de açúcar e etanol, num total de 18 entidades, visitaram Kingston. O objetivo da visita empresarial, coordenada pela COIMEX e pela Dedini, seria o de conhecer o setor sucro-alcooleiro local e proceder à avaliação preliminar de seu potencial com vistas à realização de novos negócios.

Missão da Petrobras à Jamaica – 27/02 a 04/03/2005

Missão da Petrobras visitou a Jamaica, no período de 27 de fevereiro a 4 de março, tendo como objetivos: a) fornecer cooperação para a Petroleum Jamaica implementar programa de adição de etanol à gasolina a partir de 2006; b) inteirar-se das possibilidades de prospectar na plataforma continental deste país; c) comprar participação acionária em refinaria da Petroleum Jamaica, em vista da necessidade de investimentos para modernização e expansão da capacidade produtiva.

Missão de delegação jamaicana ao Brasil – 1 a 5/05/2005

À convite da Petrobras, delegação da Jamaica, composta por autoridades governamentais e diretores da Petroleum Corporation of Jamaica, esteve em viagem ao Brasil. As companhias, renovando conversações mantidas por ocasião da missão da Petrobras,

negociam parceria para a exploração de petróleo offshore naquele país, bem como a venda, para a empresa brasileira, de participação acionária nas operações da refinaria de Kingston. Empresários da PDVSA, estatal de petróleo venezuelana, estariam, também, interessados na aquisição de ações da referida refinaria, abrindo a possibilidade de se formar uma sociedade tripartite com a adesão daquela estatal.

A delegação cumpriram agenda na sede da Petrobras (Rio de Janeiro) e no Ministério das Minas e Energia, onde foram recebidos, na tarde do dia 5, pela Ministra Dilma Rousseff.

A empresa de petróleo brasileira adquiriu, em fins de 2006, os dados geológicos dos blocos na plataforma que será posta à venda pelo Estado jamaicano.

Visita do Ministro das Relações Exteriores à Jamaica – maio de 2005

O Ministro Celso Amorim, em viagem ao país, assinou juntamente com a contraparte jamaicana três acordos de cooperação bilateral, entre eles o Memorando de Entendimento para a Modernização da Indústria Açucareira e a Produção do Etanol. A cooperação bilateral, a respeito do tema reestruturação do setor açucareiro, deve abranger: a) seleção de variedades de cana-de-açúcar; b) melhoramento de práticas agrícolas (plantio, manutenção, colheita); c) modernização e reequipamento das usinas de açúcar; d) incentivo ao cooperativismo; e) linhas de financiamento do BNDES, pelo menos para exportação de equipamentos; f) produção de álcool/etanol; g) cooperação da Petrobrás para orientação à PCJ para a adoção do etanol, inicialmente para substituir o MTBE na gasolina e posteriormente utilização de etanol puro; e h) assistência técnica para adaptação e conversão de motores para utilização de etanol.

Seminário Empresarial – 16/05/2005

O Seminário Empresarial Brasil-Jamaica, realizado no dia 16 de maio, no âmbito da visita do Ministro Celso Amorim, contou com a participação de 27 empresários jamaicanos, representando vários setores da economia local, e de 10 empresários brasileiros, representando os setores sucro-alcooleiro; automobilístico; de cosméticos; material hospitalar; alimentos; material de construção; máquinas e equipamentos; e suco de frutas, entre outros.

Ao concluir-se a cerimônia de abertura, teve início a parte do evento empresarial dedicada às apresentações das instituições e empresas participantes, que obedeceu à seguinte programação:

a) Jamaica Promotions Cooperation: apresentação da Sra. Patricia Francis a respeito dos programas de atração de investimentos oferecidos pela Jamaica a empresas estrangeiras e os setores considerados estratégicos para o desenvolvimento da economia do País;

b) MRE/DPR: apresentação do diplomata Agemar Sanctos, dirigida aos importadores jamaicanos participantes, abordando aspectos relevantes da economia brasileira e a utilização das ferramentas do programa "Braziltradenet" para busca de oportunidades de negócios no Brasil;

c) Jamaica Sugar Cane Products: apresentação do Sr. Karl James, Gerente Geral da "Jamaica Sugar Cane Products Sales Limited", sobre o estado da indústria açucareira de seu País e as vantagens que a cooperação brasileira pode trazer para modernização desse setor;

d) DEDINI S/A: apresentação realizada pelo Eng. Rodrigo de Campos, representante da Dedini S/A Equipamentos de Base, sobre a linha de produtos industriais oferecidos pela empresa para a indústria pesada em geral e para o setor sucro-alcooleiro em particular;

e) ANFAVEA: apresentação realizada pelo Eng. Henry Joseph Junior a respeito da evolução do uso do etanol como combustível veicular no Brasil, suas vantagens do ponto de vista técnico e ambiental e sobre o desenvolvimento e utilização dos carros tipo "flex fuel";

f) Embaixador Derrick Heaven, Presidente da National Sugar Authority: apresentação sobre a situação atual da economia jamaicana, em especial do setor sucro-alcooleiro, e as expectativas da cooperação com o Brasil.

Após o encerramento do evento, houve "matchmaking" empresarial, em que foram acertados negócios nos setores de cosméticos, alimentos, máquinas e equipamentos agrícolas e máquinas para indústria plástica.

Por outro lado, foi discutida possibilidade de reativação de indústria de vidro jamaicana por trading brasileira, que previamente à viagem havia discutido com empresários brasileiros sobre interesse em investir na indústria local. O Sr. Ricardo C. Cury, exportador de material de construção, foi bem recebido pelos importadores, dado que um dos maiores interesses na Jamaica é de importar estes materiais do Brasil (por exemplo, azulejos, compensados, aço).

O dono da fábrica "Worthy Park", Sr. Peter McConnell, combinou com os representantes da "COIMEX" para agendar uma visita, durante o mês de junho último, a fabricantes de máquinas colheitadeiras e equipamentos para indústria açucareira no Estado de São Paulo.

O Sr. Bruce Donaldson, de "Old Harbour", desejava contatos com exportadores e técnicos de LPG (Liquid Petroleum Gas) porque estaria montando uma empresa utilizando tecnologia criogênica na Jamaica.

O Senhor Olívio Senciato, Diretor da Fruteza (sucos de frutas) contactou as fábricas de sucos jamaicanas Nakefield e True Juice, devendo exportar suco a granel para eles, dependendo do acerto referente a garantias e linhas de crédito.

A delegação do setor de etanol que visitou o Brasil era composta, em sua maioria, de gestores de política energética dos seguintes países: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago. Os delegados tiveram a oportunidade de assistir no dia 13, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o “Seminário sobre Normatização da Produção, do Transporte e da Comercialização do Etanol como Combustível”. O evento contou com as seguintes palestras:

- “O Uso do Álcool Combustível”, ministrada pelo Engenheiro Laerte Graner, membro da AEA – Associação Brasileira de Engenharia Automotiva - e Coordenador do Grupo de Trabalho de Combustíveis e Lubrificantes da Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores;
- "Qualidade do Combustível e os Componentes Automotivos", ministrada pelo Senhor Éderson Wolff Conti, funcionário da Robert Bosch Ltda. e responsável pelo Setor de Ensaio em Veículos e Motores da Engenharia de Aplicação de Sistemas de Gerenciamento de Motores; e
- “Estratégias de Desenvolvimento para o Álcool Combustível”, ministrada pela Dra. Laura Tetti, Assessora da Presidência da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo-UNICA.

No mesmo dia, a delegação participou de reunião interministerial, no Ministério das Relações Exteriores, com a presença de representantes dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, que realizaram apresentações sobre o assunto etanol desde o ponto de vista e as prioridades dos respectivos Ministérios.

A programação dos dias 14 e 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro, foi composta de visitas técnicas, reuniões de trabalho e ciclos de palestras. Entre as instituições visitadas, pode-se destacar a Agência Nacional do Petróleo, o Inmetro e o BNDES.

Foi interesse comum entre os membros da delegação conhecer as peculiaridades do processo de mistura do etanol à gasolina (desde o percentual de etanol a ser adicionado à gasolina, à forma de como processar aquele combustível “flex fuel”), questões sobre a logística de transporte e armazenamento do combustível, assim como questões de ordem técnica quanto às certificações dos motores “flex fuel”, eventualmente a serem desenvolvidos no exterior. Nesse contexto, os visitantes tiveram uma visão ampla, e ao mesmo tempo técnica, sobre a experiência brasileira no setor de etanol.

6.2 Exportação de jato da Embraer

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior da Jamaica, Anthony Hylton, teria manifestado interesse, em janeiro último, na aquisição de jato executivo da Embraer. A referida autoridade indicou a necessidade de o governo jamaicano dispor de avião moderno para deslocamento na Região (no Caribe, mas também para conexão com América do Norte, Central e do Sul).

A empresa brasileira está sendo consultada a respeito dessa oportunidade comercial em apreço.

6.3 Etanol

Diagnóstico do Setor Açucareiro

Até o final da década de 60, o açúcar constituía-se no principal produto de exportação da Jamaica. Em 1966, as vendas externas do produto chegaram a 580 mil toneladas. Com a estatização do setor nos anos setenta, a indústria açucareira do País entrou em declínio. Após a privatização realizada em 1994, acreditou-se que, com a injeção de novos capitais, houvesse sua recuperação. Mas a experiência não produziu os efeitos desejados, o que obrigou o Governo jamaicano a recomprar as usinas em 2000, pelo preço simbólico de um dólar. Em 2004, as exportações jamaicanas chegaram a 130 mil toneladas de açúcar.

Em artigo publicado no diário jamaicano “The Daily Observer”, o Presidente e Diretor Geral da estatal Sugar Company of Jamaica, Livingstone Morrison, apresentou quadro otimista de recuperação da indústria açucareira jamaicana nos próximos anos. Indicou que em 2004 a produção de cana de açúcar teve um crescimento de 28%, atingindo a marca de 960 mil toneladas e que a produtividade de algumas unidades da indústria, como a usina de St. Thomas, chegou a ultrapassar a quantidade de 85 toneladas por hectare, padrão de referência em termos de lucratividade.

No que se refere à quota ACP, o Presidente da Sugar Company of Jamaica declarou que a decisão da União Européia de postergar para 2006 a reforma do Tratado ACP deu à indústria açucareira do País mais tempo para investir em aumento de produtividade. Espera que o prazo seja suficiente para indústria se ajustar ao esperado corte de 37% nos preços pagos pela exportação de 119 mil toneladas de açúcar cristal para a UE.

Segundo Karl James, Gerente Geral da Jamaica Cane Products Sales Limited, empresa responsável pela comercialização de 90% do açúcar produzido no País, o quadro apresentado à imprensa pelo Diretor da Sugar Company of Jamaica não revelou o grave quadro de crise pelo qual passa o setor, que corre risco de quebra generalizada a partir do momento em que a UE decidir-se pela aplicação do corte de 37% no preço que paga pelo açúcar que compra da Jamaica. Caso isso se confirme, restariam, a seu ver, apenas empresas como a Appleton Estates, que se dedica primariamente à produção do melaço com que fabrica seu famoso rum.

Comparando a produtividade do setor açucareiro da Jamaica com o do Brasil, onde esteve recentemente, visitando usinas no interior do estado de São Paulo, Karl James afirmou que as empresas jamaicanas exploram apenas duas (produção de açúcar e melaço) das quatro fases de produção que, em sua opinião, caracterizam uma indústria moderna neste setor, quais sejam: açúcar; melaço; etanol e co-geração de energia pela queima do bagaço de cana. A isso se soma a baixa produtividade da agricultura canavieira local, cuja produção média por hectare encontra-se na faixa de 61 toneladas, cifra ainda distante da “benchmark” de 85 toneladas por ha.

De acordo com o especialista jamaicano, para que a indústria açucareira de seu País possa recuperar competitividade no mercado internacional, seria necessário capacitá-la inteiramente, nas quatro fases mencionadas, em especial no que se refere à questão da co-geração pelo uso de bagaço de cana. Toda a energia utilizada na produção local de açúcar é de alto custo, uma vez que é gerada a partir de usinas elétricas alimentadas a óleo combustível importado. Essa característica seria comum à maioria dos países do Caribe membros da Comunidade Britânica, com a notável exceção de Trinidad e Tobago.

Na opinião do Sr. Karl James, um programa efetivo de cooperação entre o Brasil e a Jamaica para modernização da indústria açucareira deveria ter as seguintes características:

- a) cooperação técnica com vistas ao aumento da produtividade da cana de açúcar, em especial pela introdução de novas variedades e de sistemas de irrigação mais eficientes. O aumento da produtividade permitiria ainda a recuperação de áreas agricultáveis hoje abandonadas. Atualmente são utilizados apenas 30 mil dos potenciais 42 mil hectares de áreas aptas para o cultivo de cana;
- b) construção de uma unidade moderna para produção de etanol. Há cerca de duas décadas, foi instalada por empresa brasileira, nas cercanias de Kingston, uma unidade de produção de etanol. A experiência teria fracassado em vista do então alto custo de produção do etanol em face dos baixos preços do petróleo então vigentes. Essa nova unidade se constituiria em experiência-piloto para testar a viabilidade econômica do etanol na Jamaica;
- c) suprimento de equipamentos novos para modernização das usinas atualmente em operação; e
- d) transferência de tecnologia e venda de equipamentos para co-geração da energia a partir do bagaço de cana.

6.4 Ações em 2005:

A planta de etanol construída pela COIMEX e pela *Petroleum Corporation of Jamaica* ("joint venture" 50% - 50%), com todos os equipamentos importados da Dedini, foi inaugurada no dia 23 de novembro de 2005. A planta se destina a produzir 40 milhões de galões (150 milhões de litros) por ano, utilizando álcool importado do Brasil.

Na ocasião, a COIMEX anunciou o acordo alcançado com a Petrojam para construir nova planta de etanol, de maior capacidade (60 milhões de galões por ano), utilizando o mesmo sistema de importação de matéria prima do Brasil e visando a exportar para os EUA. Os equipamentos também serão da Dedini.

A partir de 01 de maio de 2006, o governo jamaicano tornou mandatória a adição de 10% de etanol à gasolina (em substituição ao MTBE). Tal fato poderá redundar em notável expansão do saldo da balança comercial a favor do Brasil, passando de US\$177,3 milhões para patamar acima de US\$ 270 milhões em 2007. As primeiras experiências com a utilização do etanol começaram em janeiro último, visando, a médio prazo, a adicionar 25% de etanol à gasolina, como no Brasil.

6.5 Ações em 2006:

O Grupo empresarial jamaicano “Jamaica Broilers” decidiu, em 2006, implementar projeto de produção de etanol, importando equipamentos da Dedini e matéria prima (álcool) da COIMEX.

Em cerimônia de dezembro último, que contou com a presença do Ministro da Indústria, Comércio, Tecnologia e Energia da Jamaica, foram assinados acordos estabelecendo parceria entre a “Jamaica Broilers” e a trading Bauche do Brasil. Os acordos prevêem o suprimento de álcool a ser exportado do Brasil para a produção de 60 milhões de galões/ano de etanol. A usina de etanol de Fort Esquivel, com equipamentos importados da Dedini, teve iniciada a construção em 15/12, e permitirá acréscimo de US\$150 milhões/ano nas exportações do Brasil para a Jamaica.

A previsão do início das operações é para 1º de maio/07. Parte da produção de etanol deverá ser direcionada para o mercado interno e elevado percentual deverá ser exportado para os EUA e a União Européia.

6.6 Ações em 2007:

O governo jamaicano tenciona licitar diversas usinas estatais ameaçadas de fechamento, única alternativa encontrada para a modernização do setor açucareiro. Por meio de Comissão de Licitação designada para tal fim, foi anunciado, no dia 06 de fevereiro de 2007, o resultado da pré-qualificação de empresas interessadas em comprar usinas pertencentes à “Sugar Company of Jamaica”. Entre as 5 empresas pré-qualificadas encontra-se a COIMEX.

6.7 Perspectivas das Relações Econômico-Comerciais

Há interesse crescente de Brasil e Jamaica em estreitar parcerias econômico-comerciais, sobretudo nas áreas de açúcar e etanol. A expectativa é de que as trocas bilaterais se intensifiquem a níveis nunca antes imaginados, se as oportunidades de negócios ora identificadas forem exploradas a contento.

O empresariado brasileiro está examinando, presentemente, as perspectivas do setor açucareiro jamaicano com vistas à realização de futuros investimentos, que se destinariam a base de exportação de açúcar e etanol para os mercados dos EUA e União Européia, utilizando as vantagens proporcionadas respectivamente pela CBI e pela Convenção de Lomé. Estará também sendo analisada a possibilidade de se produzir álcool hidratado/etanol para atender ao mercado interno, tendo presente que o Governo jamaicano decidiu adicionar etanol à gasolina, em substituição do MTBE, a partir de 2006.

Em vista das características do mercado interno jamaicano, abastecido em sua quase totalidade por produtos importados, existe, ainda, amplo espaço para expansão das exportações brasileiras para este País. Os campos mais promissores são: tratores e equipamentos agrícolas, cabendo-se destacar que, por ausência de representantes autorizados, agricultores jamaicanos têm comprado tratores brasileiros via Miami, com “overpricing” de 25%; material e equipamentos de construção, principalmente ferro,

madeiras e cerâmica, tendo em vista que o setor de construção jamaicano passa atualmente por uma fase de rápido crescimento; móveis e utensílios; têxteis, sobretudo para confecção de toalhas e camisetas; alimentos industrializados em geral – o País importa a quase totalidade de seus alimentos industrializados; equipamento para a indústria hoteleira; e produtos eletro-eletrônicos. As exportações de aparelhos celulares alcançaram, em anos recentes, o terceiro lugar da pauta de exportações brasileiras do Brasil para a Jamaica, mas há amplo espaço para o crescimento dessas exportações e de outros itens.

A fim de procurar compensar o imenso superávit brasileiro no comércio exterior com a Jamaica, creio ser importante realizar esforço de parte do Brasil no sentido de importar produtos jamaicanos que tenham vantagem competitiva no mercado global, tais como rum e especiarias.

7. Guatemala

A AMBEV, associada à CabCorp " Companhia de Bebidas de Centro América, instalou fábrica de cerveja no Departamento de Zacapa, com investimento estimado em US\$ 50 milhões.

Outras empresas brasileiras que vendem seus produtos regularmente neste mercado são: Tramontina (artigos para o lar), Chocolates Garoto (chocolates), Cristália (bijuterias) e Bombas Weg (bombas hidráulicas).

As operações comerciais das empresas acima mencionadas foram realizadas diretamente com distribuidores locais ou por intermédio de firmas de representação guatemaltecas.

Por oportuno, cabe registrar interesse já manifestado por outras empresas brasileiras, tais como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Coteminas, Embraer e Petrobrás em investir e/ou exportar para este país.

8. Trinidad e Tobago

De acordo com telegrama 488 de 18/12/2007, foi informado que há a perspectiva de considerável crescimento do intercâmbio comercial de bens e serviços, com a provável instalação de escritório da empresa Andrade Gutierrez em Port of Spain, que ainda depende da conclusão de contratos com empresas estatais trinitárias. O cenário econômico otimista do país, que deve crescer ininterruptamente pelos próximos 15 anos, com taxas elevadas, leva a crer no sucesso das negociações da empresa brasileira.

Igualmente, espera-se que a próxima assinatura de acordo entre a Petrobras e sua contraparte trinitária, a PetroTrin, além da cooperação técnica almejada, produza incremento considerável do intercâmbio de bens e serviços nos próximos anos.

9. Cuba

Dados do Banco Central do Brasil sobre estoque de investimentos brasileiros em Cuba (www.bc.gov.br):

2001- 17 milhões

2002- 16 milhões

2003- 18 milhões

2004- 19 milhões

2005- 21 milhões

2006- 22 milhões (estimativa)

9.1 Registro de empresas brasileiras com histórico de investimentos em Cuba:

SOUZA CRUZ

Segundo o diretor de investimentos, Sr. Fernando Teixeira, a BRASCUBA, "joint-venture" da Souza Cruz com Governo cubano, com 50% das ações, opera naquele mercado desde 1996. Atualmente gera 220 empregos diretos e exporta para terceiros mercados, com autorização do governo.

BUSSCAR

De acordo, com o Sr. Rodrigo Pikussa, responsável pela área internacional, a empresa operou naquele mercado, no período de 1998 até 2003, com linha de financiamento, aberta pelo Governo brasileiro para Cuba. Dedicavam-se apenas à montagem de ônibus, em fábrica estatal. Atualmente, não operam, por falta de linha de crédito específica do BNDES.

PETROBRÁS

Em 2001, conforme o Gerente Executivo da Área Internacional da Petrobras, o Sr. Luís Carlos Moreira Silva, a empresa encerrou as operações em Cuba, depois de um ano e meio tentando encontrar petróleo no Bloco L - localizado em águas rasas do litoral norte da ilha. Em parceria com a canadense Sherry Gordon, investiu US\$ 20 milhões na perfuração do primeiro poço na região. O insucesso nesta operação específica terá pesado na decisão da empresa, de desistir de perfurar segundo poço previsto em programa estabelecido com o governo cubano.